

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.684 - MG (2019/0299167-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DANILO DE OLIVEIRA DUMONT TEIXEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de DANILO DE OLIVEIRA DUMONT TEIXEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (Agravado em Execução n. 1.0035.15.006559-3/002).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais declarou remidos 47 dias de pena, em razão de trabalho realizado.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, perante a Corte estadual. Assim, o Tribunal deu provimento ao recurso, por maioria, para declarar a remição de 41 dias de pena, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 90):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - REMIÇÃO - CÁLCULO A SER FEITO COM BASE NOS DIAS EFETIVAMENTE TRABALHADOS CONSIDERANDO A JORNADA MÍNIMA PREVISTA PELA LEP. Para fins de remição da pena, deverão ser observados os patamares mínimo e máximo de jornada diária de trabalho, previstos no art. 33 da Lei de Execuções Penais, não podendo a remição ser feita com base nas horas de trabalho acumuladas. O cômputo dos dias a remir pelo trabalho deve ser feito conforme o artigo 126, II, da LEP. O resultado final, se quebrado, deve ser arredondado para o maior número inteiro posterior, por ser mais favorável ao apenado.

No presente *writ*, a Defensoria Pública alega que devem ser considerados os dias em que o paciente trabalhou aquém da quantidade mínima de horas prevista no art. 33 da LEP, uma vez que o parágrafo único do mencionado dispositivo admite horário especial aos designados para serviços

Superior Tribunal de Justiça

de manutenção e conservação.

Faz um paralelo, então, ao sentenciado, que trabalhava com artesanato, argumentando que *em que pese o artesanato não se enquadrar na exceção legal de serviço de manutenção e conversão da Unidade Prisional, merece destaque que em decisão proferida em 2017, o e. STF, no Recurso Ordinário em habeas corpus n. 136509, entendeu que, independente de trabalhar em faxina e manutenção, deve-se considerar a jornada inferior a 06 horas para fins de remição, em respeito ao princípio da proteção da confiança* (e-STJ fl. 6).

Com base nisso, requer, liminarmente e no mérito, o retorno da decisão anterior, que declarou remidos 47 dias de penas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Como bem salientou o Tribunal (e-STJ fl. 92):

Ora, da mesma forma que o reeducando não precisa trabalhar a carga máxima para que se considere 1 (um) dia de trabalho, não é possível, também, que a remição se dê com base apenas no acúmulo de horas trabalhadas, desconsiderando a jornada mínima prevista pela LEP, pois, nesta hipótese, bastaria que o condenado trabalhasse poucos minutos diários para ter direito ao benefício, o que não se pode admitir, tanto do ponto de vista legal quanto do pedagógico.

Dessa forma, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de

Superior Tribunal de Justiça

convicção carreados aos autos.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruído o feito, dispenso as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator